

Pisani Plásticos S.A.

CNPJ: 87.833.737/0001-73
NIRE 43 3 00019870

Relatório da Administração: Aos Senhores Acionistas e a Sociedade: A Administração da Pisani Plásticos S.A. declara que as informações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente completo, está disponível no seguinte endereço eletrônico http://pioneiro.com/publicidadelegal.

Balanco patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)
Table with columns: Nota, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Ativo (Circulante, Não Circulante) and Passivo (Circulante, Não Circulante).

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
Table with columns: Nota, 2021, 2020. Rows include Receita líquida, Custos do prod. vend. e serv. prestados, Lucro líquido do exercício.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)
Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimento em imobilizado, Atividades de financiamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)
Table with columns: Capital social, Ações em tesouraria, Reservas e transações de capital, Reserva de incentivos fiscais, Reserva legal, Reserva para resgate de ações, Retenção de lucros, Ajuste de avaliação patrimonial, Lucros acumulados, Total. Rows include Em 31 de dezembro de 2019, Em 31 de dezembro de 2020, Em 31 de dezembro de 2021.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional: Objeto social: A Pisani Plásticos S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul e tem como objeto social a industrialização, comércio, importação e exportação de produtos plásticos, prestação de serviços de injeção plástica a terceiros, fabricação, aluguel e venda de moldes, fabricação de peças para veículos automotores e participações em outras sociedades comerciais ou civis. 2. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de maio de 2022. 2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Não existem novas normas e interpretações emitidas que tenham, na opinião da Administração, gerado impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. 2.2. Efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras: Desde janeiro de 2020, com a escalada do novo coronavírus (COVID-19) e a pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) os mercados financeiros globais têm apresentado deterioração, principalmente, nos ativos financeiros. Os esforços para desacelerar o crescimento do vírus mostram-se efetivos e as medidas tomadas ao redor do mundo têm conseguido estabilizar a taxa de crescimento de novos casos de contaminação da COVID-19. Os impactos na economia ainda são incertos, de difícil mensuração e também dependerão da efetividade das medidas adotadas pelos Governos e dos esforços coordenados dos Bancos Centrais para prover liquidez ao mercado e às empresas dos setores mais afetados. A governança da Companhia monitora a situação diariamente, e no exercício de 2020 tomou as medidas necessárias incluindo à adesão aos programas disponibilizados pelo governo o que permitiu a manutenção de seu resultado operacional, a não desvalorização dos seus ativos e o cumprimento das obrigações com seus credores. 3. Estimativas e premissas contábeis críticas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e use premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 10 - Realização de impostos diferidos ativos • Nota 13 - Valor justo de propriedades para investimentos • Nota 16 - Contingências • Nota 16 - Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas. a) Realização de impostos diferidos ativos: A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetivas da administração, cujo horizonte temporal é normalmente de 5 anos. b) Valor justo de propriedades para investimento: O valor justo de propriedade para investimento baseia-se nos preços atuais de mercado para propriedades similares. O valor justo é determinado por uma avaliação feita por avaliadores independentes portadores de licença para avaliação reconhecida e pertinente (com experiência recente em avaliações de edifícios na mesma área em que os imóveis da Companhia estão localizados). c) Contingências: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. d) Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas: A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que as posições fiscais adotadas em discussão serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

última instância (probabilidade de aceite superior a 50%). Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. Caso tais tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas referidas autoridades fiscais, o IRPJ/CSLL corrente a pagar aumentaria em R\$666 em 31 de dezembro de 2021 (R\$391 - 2020). Um resumo sobre esses processos em discussão, anteriormente divulgados como contingências com risco de perda possível, e seus efeitos potenciais, está apresentado na Nota 16. 4. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigente nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. c) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). d) Ativos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensuração ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Reconhecimento e desreconhecimento: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Mensuração: Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e. i) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. ii) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda. Em caso de perda por desvalorização (impairment), esta é imediatamente reconhecida no resultado do exercício. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos custos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). g) Propriedade para investimento: A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. h) Imobilizado: i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável "impairment" acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos

exceto quando indicado de outra forma)

própria entidade inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; e • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do ativo imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais. ii) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. iii) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou, em caso de ativos construídos intencionalmente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Prédios, benfeitorias e instalações 10 - 25 anos Máquinas e equipamentos 3 - 10 anos Móveis e utensílios 5 - 10 anos Veículos 8 - 10 anos

Redução ao valor recuperável de ativos: i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável caso de evidências objetivas intencionalmente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Prédios, benfeitorias e instalações 10 - 25 anos Máquinas e equipamentos 3 - 10 anos Móveis e utensílios 5 - 10 anos Veículos 8 - 10 anos

EBITDA Operacional em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include EBITDA, Ebitda sem efeito do ajuste a Valor Presente (AVP).

nhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construída que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. m) Receita operacional: i) Venda de bens: A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. ii) Serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizadas. n) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB pós-fixados e por operação, os quais estão vinculados à variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários - CDI. As aplicações financeiras são imediatamente conversíveis em dinheiro e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, líquidas do desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida para transações de natureza similar. o) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 ao ano por imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base de cálculo negativa e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam ao imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. p) Resultado por ação: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros. q) Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propositos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. i) Passivos financeiros não derivativos: O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras para operações similares. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentem uma opção de conversão. 29. Eventos subsequentes: Em janeiro de 2022 a Companhia adquiriu o controle da parte relacionada Metalúrgica Forma Ltda. A empresa já fazia parte do grupo econômico e sua compra trará sinergia nas operações do Grupo.

Table with columns: Diretoria (Paulo Francisco Webber, Rogério Francio, Adriana Inês Susin Camatti), Contabilidade (Taís Cristina Gomes de Oliveira Sachet CRC/RS 100188/O-7, CPF: 010.908.470-50), Extrato das Informações Relevantes do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras completas da Pisani Plásticos S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço http://pioneiro.com/publicidadelegal. O referido do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas foi emitido em, 20 de maio de 2022, sem modificações.